



***O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO E AS RESISTÊNCIAS DE SER  
MULHER AMAZÔNIDA: UMA NARRATIVA DE VIDA DURANTE A  
TRAJETÓRIA NO ENSINO SUPERIOR***

***EL SUFRIMIENTO ÉTICO-POLÍTICO Y LA RESISTENCIA DE SER  
MUJER AMAZÓNICA: UNA NARRATIVA DE VIDA DURANTE LA  
TRAYECTORIA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR***

***ETHICAL-POLITICAL SUFFERING AND THE RESISTANCE OF BEING  
AN AMAZONIAN WOMAN: A LIFE NARRATIVE DURING THE TRAJECTORY  
IN HIGHER EDUCATION***

*Janaína Léia Passos da Silva<sup>1</sup>*

*Breno de Oliveira Ferreira<sup>2</sup>*

*Ádria de Lima Sousa<sup>3</sup>*

*Iolete Ribeiro da Silva<sup>4</sup>*

**RESUMO**

O estudo apresentou, sob o prisma interseccional, as dimensões que influenciam o sofrimento ético-político das mulheres amazônicas durante a trajetória de escolarização no ensino superior e as que contribuem para que elas permaneçam na universidade. O sofrimento ético-político sentido nos corpos das mulheres amazônicas considera o contexto ético-político que abrange as intersecções de gênero, regionais, étnico-raciais, socioeconômicas, culturais e ambientais. A pesquisa exploratória e descritiva utilizou a narrativa de história de vida de Tupi para expressar como as trajetórias de escolarização das mulheres amazônicas incluem ciclos de violência geracionais, abuso sexual, dificuldades econômicas, enfraquecimento de laços familiares e insegurança alimentar e

<sup>1</sup> Mestranda em Psicologia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

<sup>2</sup> Doutor em Saúde Coletiva. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

<sup>4</sup> Doutora em Psicologia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

Agradecemos ao Financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM).

habitacional. Tais obstáculos, somados à transição para o ensino superior em tempos de pandemia, configuram um panorama complexo e desafiador. Por isso, as políticas socioassistenciais, os projetos de extensão, intercâmbio, os vínculos com as professoras e colegas, os coletivos feministas e a conexão com a florestalidade amazônica foram fundamentais para a permanência e promoção da saúde integral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sofrimento ético-político. Mulher amazônica. Interseccionalidades. Ensino superior.

## RESUMEN

El estudio presentó las dimensiones que influyen en el sufrimiento ético-político de las mujeres amazónicas durante su escolarización en la Educación Superior y aquellas que contribuyen a su permanencia desde una perspectiva interseccional. El sufrimiento ético-político sentido en los cuerpos de las mujeres amazónicas considera el contexto ético-político que abarca intersecciones regionales, étnico-raciales, de género, socioeconómicas, culturales y ambientales. La investigación exploratoria y descriptiva utilizó la narrativa de vida de Tupi para expresar cómo las trayectorias escolares de las mujeres amazónicas tienen ciclos generacionales de violencia, abuso sexual, dificultades económicas, debilitamiento de los vínculos familiares, inseguridad alimentaria y habitacional. Tales obstáculos, sumados a la transición a la educación superior en tiempos de pandemia, crean un panorama complejo y desafiante. Por lo tanto, las políticas de asistencia social, los proyectos de extensión, los intercambios, la vinculación entre docentes, compañeras, colectivos feministas y la vinculación con la selva amazónica fueron fundamentales para la permanencia y promoción de la salud integral.

**PALABRAS-CLAVE:** Sufrimiento ético-político. Mujer amazónica. Interseccionalidades. Enseñanza Superior.

## ABSTRACT

The study presented the dimensions that influence the ethical-political suffering of Amazonian women during their schooling in Higher Education and those that contribute to their permanence from an intersectional perspective. The ethical-political suffering felt in the bodies of Amazonian women considers the ethical-political context that encompasses regional, ethnic-racial, gender, socioeconomic, cultural and environmental intersections. The exploratory and descriptive research used Tupi's life story narrative to express how the schooling trajectories of Amazonian women have generational cycles of violence, sexual abuse, economic difficulties, weakening of family ties, food and housing insecurity. Such obstacles, added to the transition to higher education in times of pandemic, create a complex and challenging panorama. Therefore, social assistance policies, extension projects, exchanges, links between teachers, colleagues, feminist collectives, and the connection with Amazonian forestry were fundamental to the permanence and promotion of comprehensive health.

**KEYWORDS:** Ethical-political suffering. Amazonian woman. Intersectionalities. University Education.

\* \* \*

## **Introdução sobre um passado coletivo tão presente para a mulher amazônica**

As mulheres amazônicas têm historicamente enfrentado processos de exclusão e silenciamento, agravados pelo isolamento geográfico da região. A distância dos territórios às margens dos rios, campos e florestas em relação às demais regiões do país impossibilitou o acesso a direitos básicos, como educação e saúde. Isso interferiu no fluxo de migração da zona rural para a área urbana e intensificou várias outras problemáticas sociais.

Nesse contexto, diferentes marcadores continuam influenciando tanto os arranjos das histórias de vida quanto os espaços ocupados, os papéis desempenhados e as estratégias de sobrevivência das mulheres em contextos amazônicos (Alessandra Pereira, Iolete Silva, 2023). Embora a igualdade de gênero seja um dos objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas, ainda precisamos, no Brasil, romper com diversos paradigmas que afetam nossas realidades, baseados no patriarcado, sexismo, racismo e na exploração de corpos negros e indígenas, especialmente de mulheres e crianças. Isto posto, resgatar as narrativas das mulheres amazônicas<sup>5</sup> sob a perspectiva da interseccionalidade reforça nosso compromisso ético-político com essas populações.

O Norte do país é marcado pela presença de migrantes e imigrantes, devido à colonização e escravização de corpos subalternizados, busca de oportunidade de trabalho, entre outros fatores. Tais condições femininas, presentes na Amazônia, carregam fragmentos do colonialismo e imperialismo (Vivian Marangoni, Glaucia Diniz, André Neves, Munique Pontes, Gizelly Martins, 2017). Desse modo, as mulheres e as crianças foram as que mais sofreram alguma forma de violência, assédio, abuso ou exploração de trabalho doméstico compulsório e naturalizado.

Além dessas problemáticas, ainda hoje enfrentamos a sobrecarga de trabalho não reconhecida e não remunerada, resultante de opressões e subordinações nos contextos sócio-histórico-culturais e territoriais. Esse quadro dificulta a permanência na universidade, a conclusão do ensino superior e a entrada digna no mercado de trabalho (Kristine Alves, Dayse Albuquerque, Gisele Resende, 2023). Assim, o acesso a carreiras profissionais, qualificações, empregos formais e remunerações justas é limitado, expondo as desigualdades de gênero e comprometendo a saúde integral das mulheres amazônicas.

---

<sup>5</sup> Amazônica é uma expressão utilizada para se referir apenas a quem nasceu ou vive no Amazonas, enquanto o termo amazônico(a) está relacionado à região da Amazônia de forma territorial mais abrangente.

Considerando que os eixos de subordinação estrutural presentes na sociedade brasileira não têm protegido as mulheres amazônidas — que são atravessadas pelas opressões de raça, etnia, classe social, orientação sexual, entre outras —, partimos das críticas elaboradas pelo feminismo negro. Esse feminismo denunciou a presença do universalismo hegemônico, da meritocracia e do pacto da branquitude nas lutas generalistas dos feminismos (Patricia Collins, Sirma Bilge, 2021; Lélia Gonzalez, 2020). Somando-se ao “enegrecimento do feminismo” (Sueli Carneiro, 2019), consideramos a legitimidade da interseccionalidade como uma investigação científica e descolonizadora, um caminho para a “libertação da mulher”, conforme enfatizado por bell hooks<sup>6</sup>(2019).

Assim, ao investigar as condições das mulheres negras, indígenas, migrantes e camponesas, atravessadas pelas heranças da escravidão, segregação racial, hegemonia global e exploração capitalista, destacamos a luta contra as opressões de gênero, incorporando pautas antirracistas e anticapitalistas (Angela Davis, 2017). Essas pautas se opõem às imposições das normas de heterossexualidade e cisgeneridade, que excluem outras identidades (Judith Butler, 2019). Portanto, a interseccionalidade constitui-se como ferramenta crucial para proteger os direitos de todas as mulheres (Kimberlé Crenshaw, 2002), sendo imprescindível para compreendermos as complexidades que impactam o sofrimento ético-político das mulheres amazônidas.

Sob essa ótica interseccional, considerar o contexto territorial é fundamental para amplificar as vozes de grupos historicamente silenciados e marginalizados. No nosso caso, voltamo-nos para a relação indissociável entre terra e floresta, que molda nossa vivência no mundo e torna essa escuta possível. Um exemplo é a história de vida de Tupi, a principal interlocutora deste estudo: uma mulher cisgênera de 21 anos, que se autodeclara parda e nasceu em uma região interiorana do Amazonas.

Neste trabalho, procuramos responder às seguintes questões: “Quais dimensões influenciam o sofrimento ético-político das mulheres amazônidas durante a trajetória de escolarização no ensino superior? Quais contribuem para o enfrentamento, resistência e/ou fortalecimento necessário para que elas permaneçam no ensino superior?” A narrativa da vida de Tupi reflete a experiência compartilhada por muitas outras mulheres, tecida em relações sócio-históricas, culturais e territoriais. Sua história apresenta perspectivas e nuances de gênero, etnia, raça e classe, entre outras, revelando o sofrimento

---

<sup>6</sup> Usamos o codinome “bell hooks” de forma minúscula mesmo, pois consiste na identificação da própria autora como posicionamento político.

ético-político que permeia toda a sua existência, especialmente os desafios diversos para continuar sua escolarização no ensino superior.

A voz de Tupi ecoa as experiências das mulheres amazônidas, escancarando os fatores de subordinação e opressão que afetam suas vidas. Seu engajamento na luta das mulheres negras e indígenas tem sido essencial para dar visibilidade às diferentes formas de vulnerabilidade e discriminação historicamente silenciadas. Esse movimento valoriza suas próprias perspectivas e destaca as violências, antigas e ainda presentes, provocadas pelo sexismo e racismo herdados do imperialismo e capitalismo (Marangoni, Diniz, Neves, Pontes, 2017). Nesse sentido, Lélia Gonzalez (2020) aponta a imprescindibilidade de olharmos para as amefricanidades de forma muito peculiar, a fim de reconhecer as implicações vividas por etnias africanas e indígenas em contexto específico das identidades de mulheres latino-americanas (Gonzalez, 2020).

Diante disso, é urgente considerar as interseccionalidades na elaboração e implementação de políticas públicas (educação, saúde, segurança etc.). Há dados estatísticos que destacam a quantidade desproporcional de mulheres negras vítimas de feminicídio, revelando a relação entre raça e gênero como determinante para a análise da desigualdade da violência no Brasil (CNJ, 2021). Além disso, observa-se maior prevalência de óbitos maternos entre mulheres negras e pardas no Amazonas, especialmente daquelas com baixa escolaridade, óbitos que poderiam ser evitados com acesso a (e garantia de) serviços de saúde e educação, atendimento por profissionais qualificados, infraestrutura adequada e fortalecimento das políticas públicas (Lidiane Medeiros, Antônio Sousa, Leudson Ariana, Antônio Inácio, Maria Prata, Milaine Vasconcelos, 2018).

Em vista dos estudos escassos referentes a mortalidade materna no Amazonas, uma das mais graves violações dos direitos das mulheres, é importante visibilizar essas problemáticas que atravessam o nosso estado (Camila Ribeiro, Carlos Freire, 2020). Para tal, acreditamos que a perspectiva interseccional amplie a compreensão do sofrimento ético-político que perpassa as nossas existências de forma territorial mais contextualizada.

O termo “sofrimento ético-político”, definido por Bader Sawaia (1999), refere-se aos padecimentos que marcam o corpo, diminuindo a potência de ação e perpetuando a servidão, heteronomia e injustiça impostas pelas condições sociais resultantes da exclusão social (Bader Sawaia, 1999). Ao considerá-lo, levamos em conta a dimensão da subjetividade e da afetividade como partes constitutivas das mulheres em seus contextos.

Assim, o sofrimento psíquico é compreendido sob uma perspectiva ampla, não individualizada, considerada no contexto ético-político que abrange intersecções de gênero, regionais, étnico-raciais, socioeconômicas, culturais e ambientais.

Para entender a história de vida de uma pessoa, é fundamental adentrar em diferentes territórios existenciais vivenciados por elas, sejam eles domésticos, sejam institucionais, perpassando pelo ambiente escolar e pelas relações constituídas nesses territórios como espaço de vida (Adria Sousa, Luiz Zeni, Daniela Schneider, 2021). Em face disso, Tupi narra memórias de lugares corporificados em si e das relações compartilhadas, trajetos percorridos, vivências e afetos, dores e todas as experiências que a constituem.

A trajetória de escolarização no ensino superior de Tupi é inseparável de sua história de vida, marcada por sofrimentos e enfrentamentos, desafios e possibilidades, dores e alegrias, sentidos e significados. Reconhecemos que os processos de sofrimento ético-político vivenciados por ela são atravessados por diversos aspectos que interagem com as relações de poder. Esses aspectos, enraizados no racismo e sexismo, são expressos por meio da violência para manter a dominação, exploração e opressão, especialmente das mulheres amazônidas. Isso impacta diretamente suas vidas no âmbito do trabalho, da saúde e da educação (Liliane Macedo, 2023).

A interseção entre saúde mental e interseccionalidade, especialmente aplicada à realidade de estudantes de graduação, ainda é pouco explorada, apesar de seu impacto crucial na educação (Vera Vieira, Mônica Torrenté, 2022). Nesse sentido, urge que as universidades ampliem as discussões sobre sua responsabilidade na promoção da saúde integral. Como proposto por hooks (2006), saúde mental e física são inseparáveis. É fundamental adotar uma perspectiva abrangente que reconheça a saúde como um processo influenciado por diversos fatores, incluindo os biológicos, sociais, econômicos, culturais e históricos (Brasil, 2004). Essa abordagem também entende o papel do desenvolvimento econômico, social e humano, destacando o gênero como um importante determinante social que molda o perfil de saúde e doença ao longo do tempo e em diferentes contextos.

A própria noção de saúde está em constante transformação, nos encontros com os outros e com o mundo ao nosso redor, incluindo a natureza e os acontecimentos. Tudo o que ocorre produz efeitos nos corpos (Flaviana Sousa, 2018). Para nós, amazônidas, existe uma ligação profunda entre habitar o próprio corpo e a saúde. Nossa vivência é coletiva e pressupõe a valorização das concepções e saberes das experiências de vidas

indígenas e amazônidas, que reivindicam o reconhecimento de novas epistemologias para a compreensão da saúde integral (Tuxá, 2022). Portanto, enfatizamos a necessidade de avançar nos estudos que considerem as políticas de saúde e a educação de forma interseccional.

Nessa direção, uma pesquisa recente investigou os desafios que os universitários enfrentam em suas vidas, ressaltando a importância de estudos adicionais que considerem os contextos socioculturais específicos da Amazônia. Esses estudos são fundamentais para subsidiar a criação de políticas e programas educacionais mais eficazes, concentrando-se no apoio, acompanhamento e superação dos obstáculos que os estudantes encaram para completar seus estudos de forma contextualizada (Gisele Resende, Isabel Ferreira, Iolete Silva, Silvine Barbatto, 2022).

Ao contar a história de Tupi e explorar as diversas facetas de sua identidade, podemos entender melhor os desafios ético-políticos com que ela se deparou e identificar as estratégias que utilizou para resistir, fortalecer-se e superar essas dificuldades. Assim, Tupi torna-se um símbolo da resiliência e da determinação das mulheres ao longo de sua jornada educacional, representando as experiências compartilhadas por outras mulheres na Amazônia.

### **Percursos de rios, campos e florestas: método interseccional**

Este artigo integra uma produção do macroprojeto de pesquisa intitulado “Itinerários e condições de desenvolvimento de jovens estudantes do ensino superior: desafios para a permanência”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Um dos objetivos do estudo consiste em compreender as narrativas dos estudantes de graduação sobre as trajetórias percorridas no processo formativo.

Enquanto estudo exploratório e qualitativo, a entrevista de história de vida, que foi a técnica escolhida, baseia-se na narrativa do cenário experiencial das diversas violências contra as mulheres. Tais violências são expressadas nas narrativas de Tupi, sendo um dos critérios principais para escolha da sua história de vida. A interlocutora apresentou o sofrimento ético-político que atravessa as trajetórias de escolarização superior das mulheres amazônidas — percursos entrelaçados ao comprometimento da saúde integral (incluída a mental) sob o prisma interseccional.

Na área da psicologia, a pesquisa tem adotado cada vez mais metodologias qualitativas para realizar análises detalhadas dos processos de interpretação de si, do outro

e do mundo, muitas vezes usando narrativas em estudos de caso. Essa abordagem permite uma exploração mais profunda da complexidade dos significados envolvidos na experiência humana, revelando detalhes e peculiaridades que podem passar despercebidos em métodos quantitativos (Silviane Barbato, Priscila Alves, Valéria Marques, 2020).

Além disso, a metodologia qualitativa possibilita uma compreensão aprofundada do fenômeno investigado, das experiências sociais, das interações e dos contextos culturais (Maria Minayo, 2014). Dentro desse conjunto, os estudos sobre narrativas de vida possibilitam acessar as problemáticas e desafios, estratégias de superação e resistências, redes de apoio, vínculos e espaços de fortalecimento coletivo. No presente estudo, esse acesso se deu mediante as interseccionalidades presentes na história de uma estudante amazônica.

Por um lado, a trajetória narrada por Tupi é singular, mas integra a representação da confluência de diversos marcadores sociais. Destacamos que o método foi adequado aos objetivos do estudo, considerando que a entrevistada desempenha o papel de narradora, refletindo concepções coletivas fundamentadas em sua dimensão individual.

Visando garantir o sigilo e segurança, utilizamos o nome fictício Tupi para se referir à interlocutora deste estudo de caso. Trata-se de uma jovem que autodefine como parda, tem 21 anos de idade e estuda em uma instituição de ensino superior (IES) localizada em um campus de um município do interior do Amazonas. Para o levantamento de dados, usamos a entrevista narrativa, semiestruturada e móvel. A entrevista narrativa considerou a seguinte orientação: “Conte-me sobre a sua história de vida”. A partir de então, conduziu-se uma entrevista semiestruturada e móvel para aprofundar questões conforme o objetivo do estudo.

As entrevistas móveis permitem deslocamento pelos lugares destacados na narrativa de história de vida da interlocutora, que foram no próprio campus universitário; após encerradas, fizemos as transcrições e análise de dados, partindo dos núcleos de significação (Wanda Aguiar, Elvira Aranha, Júlio Soares, 2021). Com isso, alcançamos a categoria de sentido, que permite compreender a subjetividade como produção inseparável dos contextos sociopolíticos, econômicos, culturais e territoriais.

Realizamos a análise e interpretação dos materiais produzidos levando em consideração os princípios históricos, sociais e culturais que moldam o debate interseccional, assim como o arcabouço teórico relacionado a feminismos. Como se sabe, uma narrativa de história de vida não consiste em uma sequência uniforme de eventos,

e sim em uma constelação de acontecimentos que ganham destaque mediante um conjunto de momentos recordados e que refletem as interseccionalidades em suas diversas facetas e manifestações do cotidiano.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas sob Parecer nº 5.765.546, seguindo todas as exigências da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

### **Ser mulher amazônida: sofrimento ético-político e resistências**

Para compreendermos o sofrimento ético-político que Tupi vivenciou durante a trajetória no ensino superior, bem como as estratégias de enfrentamento de resistência e re(existência) para permanecer na universidade, apresentamos, com inspiração no modelo analítico interseccional, alguns trechos das narrativas que contam a sua história de vida.

O conceito de interseccionalidade explica as diversidades de discriminação e busca capturar camadas complexas das relações sociais (Patrícia Collins, 2019). Ao apresentar a história de vida de Tupi e compreender as interseccionalidades presentes em suas experiências, podemos reconhecer como essas vivências são construídas, experimentadas e reproduzidas. Esse entendimento nos permite considerar outras formas de pensar e agir, que escapam às normatizações impostas pelas relações de poder, possibilitando-nos ser inventivos nas produções discursivas.

Longe de esgotar as nuances complexas entrelaçadas na vida da interlocutora — uma existência coletiva e marcada pelos sistemas de subordinação e de relações de poder —, sua narrativa traz consigo a representatividade de traumas e enfrentamentos, desafios e possibilidades, dores e alegrias, sentidos e significados singulares e universais. A voz de Tupi ecoa e resgata a historicidade silenciada nos corpos de mulheres amazônidas, corpo-terra que possui raízes em aspectos sócio-histórico-culturais e geográficos imbricados ao território onde vivem, neste caso, no interior do Amazonas.

Tupi narra o significado do seu próprio nome, relacionando-o ao amor. “Eu sou Tupi, e o significado do meu nome diz muito pelo que sou e o que me fez falta. Tem a ver com amor”. No movimento de espiral, começar pelo amor e continuar por ele faz sentido para resistir e re(existir) aos sofrimentos atravessados pela interlocutora na sua caminhada existencial, pois, assim como a mente não está separada do corpo, a educação é entrelaçada à vida. Nesse entrelaçamento, o processo de aprendizagem e a construção no desenvolvimento educacional acontecem durante a vida toda.

Conforme nos ensina bell hooks (2017), em sua obra “Ensinando a Transgredir”, é importante compreender as diversidades sociais e as formas de viver no mundo. A autora postula uma educação que enxerga o gênero humano como integral, ensinando a amar a justiça e a liberdade, de maneira a nutrir e afirmar a própria vida (bell hooks, 2017).

Nesse sentido, ela enalteceu o amor como prática de liberdade, que precisa ocupar lugar nas lutas políticas e construir uma ética que contrarie os sistemas de dominação — imperialismo, sexismo, racismo, classismo. Daí vem a importância de uma educação voltada ao desenvolvimento da consciência crítica, para nos descolonizarmos, enfrentarmos a realidade criticamente e nos curarmos em comunidade/sociedade.

Diante disso, conforme hooks (2017), a relação do processo educacional poderia ser curadora e promotora de bem-estar. Será que os espaços educacionais estão considerando os corpos subalternizados (ou excluídos)? Ou os projetos político-pedagógicos ainda estão reproduzindo o modelo de educação bancária? A práxis freireana argumenta que é necessário desvelar a realidade vivida e experienciada, colaborando de forma participativa para a construção da consciência crítica e histórica (Paulo Freire, 2005).

Horizontalizar a esperança é nos comprometermos com uma educação libertadora e libertária, democrática, ética, de justiça e cidadania para todas as pessoas. Isso é o que inspira Tupi a escolher pela Educação. A sua história de vida está atrelada às outras tantas da sua ancestralidade, história que se presentifica, rememora dores e amores, além de, sobretudo, ser constituída de sonhos que vão sendo tecidos com sentidos.

Ao narrar, a voz suave que expressou o sentido de se sentir amada ao relatar a escolha da sua mãe para o seu nome. Conta que a mãe engravidou durante a adolescência, aos 16 anos de idade, em tempos desafiadores de subsistência. A decisão da continuidade gestacional foi permeada de dificuldades econômicas para a família, já que, na época, sua mãe não conseguiu continuar estudando. Esse caso é um exemplo do que relata a Organização das Nações Unidas (ONU, 2021): as mães adolescentes são mais propícias a abandonar a escola para favorecer a criação dos filhos, sobretudo quando permeadas pelas desigualdades sociais e carentes de apoio social ou familiar.

Tupi continua descrevendo as intrincadas conexões de suas relações familiares, destacando que falar sobre si mesma também implica falar sobre sua mãe e avó, assim como sobre as relações significativas que foram estabelecidas ao longo das gerações. Ela compartilhou que sua mãe vem do interior do Amazonas, onde cresceu em uma família

com ambos os pais presentes, entre cinco irmãos. Além disso, sua mãe assumia responsabilidades no cuidado e sustento da casa, especialmente dedicando-se ao irmão mais novo, que tem deficiência auditiva. Para garantir o sustento da família, eles trabalharam na agricultura por anos, em uma área rural, e depois mudaram-se para uma área urbana de um município localizado no interior do Amazonas.

As migrações, muitas vezes forçadas, como no regime escravocrata, marcaram todas as fases da ocupação da história brasileira, incluindo a construção das cidades. Na Região Amazônica, essa dinâmica não foi diferente. No entanto, há um silenciamento em relação à presença negra e indígena e de outros povos tradicionais, especialmente no tocante às contradições no mundo do trabalho (Tenner Abreu, 2011). Longe de se reduzirem a um fenômeno apenas demográfico e econômico, os processos migratórios afetam tanto os locais de origem quanto os destinos ocupados, permeando dimensões sócio-histórico-culturais e atravessando as relações de gênero e processos identitários (Kauai Barbosa, 2019).

Na família de Tupi, como em tantas outras que residem em áreas rurais, as migrações ocorrem em busca de melhores condições de vida. Vale destacar que as populações residentes ao longo dos rios, campos e florestas têm um distanciamento geográfico significativo em relação aos grandes centros urbanos, o que limita o acesso a direitos básicos, como saúde e educação (Aldair Andrade, 2012). Assim, os enredos sociais de pessoas e coletividades marginalizadas, como os narrados por Tupi, são sempre multidimensionais: compreendem as relações de poder que permeiam a vida das mulheres amazônicas, englobando raça, classe, gênero, nacionalidade, etnia, faixa etária e outras múltiplas dimensões da experiência.

Nesse cenário, a falta de oportunidades educacionais e profissionais para as mulheres influencia diretamente a dinâmica de suas famílias, levando muitas delas a dependerem da pesca, agricultura e extrativismo para garantir o sustento familiar (Pereira; Silva, 2023). No entanto, como ilustrado pela história da família da interlocutora, a invisibilidade do trabalho feminino no meio rural não diminuiu sua determinação e coragem de buscar uma vida melhor, o que sugere a presença de estratégias de resistência. Tupi tenta quebrar esse ciclo e outros padrões ao se tornar a primeira da família a frequentar o ensino superior, afirmando que “a universidade me proporcionou escrever uma nova história”.

Apesar das expectativas de realização de trabalhos domésticos e de cuidado, tanto da mãe da interlocutora quanto dela mesma, fica claro como essas condições são impostas

às mulheres da Amazônia por ação de sistemas de opressão como o imperialismo, sexismo, racismo e classismo. Enfrentando as tensões geracionais causadoras de várias problemáticas, ela cria e busca realizar sonhos únicos e compartilhados, especialmente em relação ao trabalho, que é a base de sua existência material. Ao refletir sobre as desigualdades sociais enraizadas em sua história, ela descreve a situação de sua mãe, que, aos 12 anos, foi enviada para trabalhar como empregada doméstica na cidade: “Eles eram muito pobres, trabalhavam na roça. Viram como solução enviar minha mãe para trabalhar na casa de uma família”.

Lélia Gonzalez (2020), pioneira nos estudos feministas interseccionais no Brasil, observou a base material por trás das manifestações das desigualdades sociais. Ela discutiu como o capitalismo no contexto brasileiro e latino-americano mobiliza raça, sexo e classe e impõe às mulheres negras o nó das desigualdades que desestruturam suas sociedades, forçando-as ao trabalho doméstico (Lélia Gonzalez, 2020). O trabalho doméstico é uma problemática invisibilizada que atravessa as diferentes realidades na Amazônia. Nesse âmbito, os direitos roubados das crianças evidenciam um abismo entre o Estado e as políticas de proteção e seguridade social (Joselia Santos, 2021), especialmente dentro do contexto amazônico no tocante a investigações sobre as infâncias e trabalho (Wagner Araújo, 2010; Alba Pessoa, 2010). As condições de trabalho a que são submetidas as mulheres amazônicas vislumbradas nos discursos de meritocracia e de “guerreira” prefiguram precariedades de modos de ser e viver nos territórios ocupados.

A desigualdade educacional associada à socioeconômica expõe as mulheres às diferentes vulnerabilidades, com destaque para a realidade do interior do Amazonas. Os territórios são atravessados pela pobreza associada à exclusão, fenômeno multidimensional complexo, produzindo desdobramentos que atingem a totalidade da vida social no território desde os tempos das colônias e do imperialismo (Virgínia Fontes, 2010; Sawaia, 1999). Dessa forma, fazendo referência às ações locais voltadas a um resultado global, a busca das mulheres por escolarização, profissionalização e ocupação digna no mercado de trabalho ainda é feita de movimentos de lutas e enfrentamentos. Exemplo se vê na história de Tupi, que, replicando a trajetória familiar, migrou da zona rural para o município (interior) em busca de melhores condições de vida.

Desde o século XX, com a promessa de qualidade de vida, a ciência e a tecnociência, à guisa da globalização, reproduziu a lógica perversa do capitalismo no contexto das cidades, legitimando a matriz patriarcal do sexismo e racismo, em cuja tessitura a exclusão está emaranhada nos processos de dominação e exploração (Sawaia,

1999). Isso evidencia o mito da democracia racial no Brasil, que, de forma perversa, legitima a ideologia hegemônica da branquitude de subalternizar os corpos das mulheres negras e indígenas, essa lógica marcada fortemente pelo sexismo e racismo, continua causando impactos na sociedade. As violências em suas múltiplas formas desumanizam-nas, tornando-as produtos (bell hooks, 2020). Na história de Tupi, podemos evidenciar geracionalmente as violências, heranças coloniais, presentificadas nas realidades amazônidas de forma multifacetada. Ela resiste, soma-se aos movimentos de coletivos na luta contra toda espécie de coisificação, hipersexualização, dominação e torturas dos nossos corpos.

A interlocutora sente-se triplamente vitimada. Presentifica o passado de repetição de assédios, abuso sexual intrafamiliar e estupro entre gerações, narrando fatos em que a avó, a mãe e ela sofreram. Ela expressou: “A pior coisa era ela ver os filhos dela (avó) apanhando. Ela sofreu muito assédio, era uma negra muito linda”; “ela (mãe) foi abusada por um tio dela quando tinha 8 anos”; “também fui estuprada”.

Tupi, juntamente com outras mulheres, são sobreviventes de diversas violências. Narrou, de maneira dolorosa, como suas vivências são atravessadas por violências diversas: “Minha trajetória sempre foi marcada por alguma violência de homens”. A violência contra as mulheres, estruturada no sexismo, machismo e racismo, é abordada mundialmente, mas pouco analisada de forma interseccional. Há um silenciamento e negação quanto ao cruzamento de classe, raça e etnia, intensificando as violações de direitos básicos e gerando um enfraquecimento e desarticulação das redes de proteção do Estado (Oliveira, Cavalcante e Souza, 2020).

Mesmo após romper com as perpetuações de silenciamento e segregação e ocupar espaços como interlocutoras, as mulheres enfrentam assédios. O ambiente universitário não lhes tem sido seguro (Aldair Andrade, Ana Martins, Mônica Medeiros, 2021). Estudos indicaram que 67% das estudantes das universidades pesquisadas já haviam sofrido alguma violência (sexual, moral, psicológica ou física) praticada por homens, sendo que as instituições não têm políticas de prevenção (Data Popular/Instituto Avon, 2015). Isso é demonstrado na história da interlocutora, que, desde o ensino médio, precisou lidar com perseguição de professores por ter sido testemunha de uma denúncia: “Eu estava lá como testemunha no boletim de ocorrência e abertura de sindicância”.

Embora as violências sejam um fenômeno complexo global, as dificuldades enfrentadas no interior do Amazonas também estão enraizadas na invisibilização, banalização e/ou naturalização, que culpabilizam e responsabilizam as vítimas.

Tais lógicas são reproduzidas desde a criação/educação na família de Tupi: “Meu avô veio de educação rígida, tradicional e violenta e passou para os filhos dele. A minha mãe e tias eram espancadas por ele”.

No ambiente escolar, a interlocutora ainda sofre violências relacionados às condições socioeconômicas, que afetou a trajetória acadêmica de Tupi também no ensino superior: “A minha vida é marcada pelo *bullying*; como eu morava numa casinha de palha no chão batido, os colegas espalhavam na escola que tinha rato. Eu era uma criança e me sentia muito mal”. O tio, que também vivenciou cenas de violência, preconceito e discriminação atribuídas à condição de deficiência auditiva, tornou-se referência para a interlocutora na luta pela garantia da educação especial enquanto dispositivo de acesso justo à escolarização.

Retomando o início da narrativa de Tupi, como em um movimento de espiral, ela expressou a ausência sentida: “Falta do pai”. Ela traz consigo as cenas do relacionamento difícil entre seu pai e sua mãe, expressado como abusivo. Tristemente, há a mágoa de não ter mantido o vínculo afetivo com ele após a separação conjugal e de haver descoberto que não era o pai biológico, além da busca pela garantia de pensão. Relata que “ele era um homem mais velho (pai), e ela estava fragilizada (mãe). Ela (a mãe) passou por um abandono (do genitor), perdeu a mãe (avó de Tupi) e estava com uma criança de 2 anos; não devia ter sido fácil. Ela queria me proporcionar uma vida melhor e ser amada também, né?”

Após a separação conjugal, a mãe de Tupi retomou os estudos e conseguiu ingressar em um curso técnico. O vínculo entre a mãe e a filha são fortalecidos; também lutam por pensão: “Foi aí que senti a carência: ele (pai) não atendia as minhas ligações, sumiu”. Com essa proximidade, a mãe de Tupi confia tristemente o episódio de abuso sexual infantil praticado por um tio, bem como o medo de repetição com a filha. Essas cenas reforçam o lugar da violência na constituição de muitas famílias, especialmente na Amazônia, conforme discutido anteriormente. Ressaltamos a necessidade de aprofundar pesquisas sobre as consequências que essas violações provocam nos corpos das mulheres, como atravessam as subjetividades geracionais e quais os impactos para a saúde integral.

Ainda durante a adolescência de Tupi, sua mãe iniciou um novo relacionamento afetivo e saiu de casa. Com o avô sem renda, as dificuldades financeiras pesam mais. Responsabilizada pelo próprio sustento, não conta com o pai nem com a mãe, então começa a vender doces para garantir a subsistência. Ela relata: “Sempre precisei vender

doces e vendia todo fim de semana pra ter coisas básicas, desde o ensino médio”. Continuou narrando: “Foi nesse período (trabalhando) que sofri um estupro — não conseguia perceber a dimensão do perigo. Me sentia culpada [...] e guardei tudo pra mim”.

Mesmo com tantos medos vindos de diversos traumas, Tupi se permitiu vivenciar um relacionamento afetivo que foi suporte durante a transição do ensino médio para o ensino superior. O namoro foi um vínculo importante, já que começou a cursar a graduação durante o início da pandemia de covid-19. Este foi um período de desafios em que não teve o suporte familiar, lidando com sofrimento pela instabilidade de segurança alimentar, de proteção e moradia. Com a aprovação em diferentes cursos, escolheu Pedagogia, também pela inspiração na luta do tio com deficiência auditiva, tanto que as temáticas de Educação Especial, mulheres e escolarização são frutos de pesquisa e engajamento de lutas coletivas para a interlocutora.

Expressa que “a pandemia foi uma coisa assim, ‘meu Deus, eu vou morrer, eu vou perder pessoas’... passou tudo isso na minha cabeça”. Sentiu dificuldades de estudar de forma remota, sem acesso à internet, mas a família do namorado se tornou um lugar acolhedor para ela. Estudava com o namorado, compartilhavam materiais e conseguia acessar a internet na casa dele. De certa forma, o relacionamento foi visto como positivo; apesar dos medos, se permitiu amar: “Eu tinha medo, mas foi leve, um amor que liberta”. A interlocutora se permitiu ao amor. hooks (2017) considerou que o desejo em si mesmo não é amar, e sim o que o amor faz, como ato de vontade, intenção e ação, ou seja, amar é uma escolha. Assim, quando escolhemos amar, caminhamos rumo à liberdade.

Nesse caminhar de vida, ao terminarem o relacionamento afetivo, Tupi revive a sensação de abandono e desamparo interpretadas em relação aos pais. Toda a dor acumulada chegou ao ápice: “Me vi no fundo do poço. A perda remeteu a todo abandono e abusos. Me vi de frente com a minha dependência emocional”. Durante esse período, as amizades que construiu foram fundamentais para a elaboração do luto e da continuidade do curso.

Ela destaca que o período de estudo remoto teve um impacto considerável no processo educativo tanto dos alunos quanto dos professores, afetando não apenas a jornada educacional no ensino médio, mas também no ensino superior de Tupi. No entanto, mesmo enfrentando desafios e dificuldades, ela conseguiu estabelecer amizades que a estão ajudando a superá-los.

Ela compartilha que se identifica com histórias de luta semelhantes à sua e expressa tristeza ao notar que o número de universitários diminuiu após a pandemia.

“Meus amigos foram essenciais e, ao final, percebi a importância da amizade. Eles estavam lá para compartilhar as dores, chorar, rir, você sabe”, diz ela. Além disso, observa que os laços com os professores se fortaleceram na sala de aula e uma nova versão de si mesma foi surgindo conforme ela desconstruía muitos conceitos antigos. Durante esse período de adoecimento psíquico, ela enfatizou o vínculo com uma professora da sua universidade, importante representação no seu processo de fortalecimento de vida. Em seus encontros, simbolicamente, Tupi conta cenas que rememoram a infância, perdendo o pai e a mãe, soltando ao vento as mágoas guardadas. Diz: “Eu me imaginei dentro de um balão, carregava muita mágoa. Precisava perdoar meus pais; sei que eu preciso perdoar tudo isso”.

Os estudos sobre o perdão no Brasil são recentes (desde os anos 2000). Embora haja definições plurais para esse ato, a importância dada a ele surge da necessidade de encontrar maneiras alternativas de promover o bem-estar (Rodrigo Santana e Renata Lopes, 2012). De certa forma, foi uma possibilidade de a interlocutora integrar-se com a sua história: “A gente não tem como sentir desvinculado a nossa história, né? Isso tudo faz a gente ser o que a gente é”.

Tupi ressaltou que a universidade exerce uma pressão opressiva sobre os estudantes que vivenciam dificuldades, aumentando ainda mais os problemas de saúde mental (Rafael Oliveira, 2022). Ela enfatizou que a carga horária excessiva da vida acadêmica leva à exaustão, resultando em esgotamento físico e psicológico dos universitários. Com a agenda cheia dedicada aos estudos, resta pouco tempo para atender às necessidades básicas, como dormir e praticar exercícios físicos. Ela conciliava os estudos com o trabalho, vendendo doces para suprir suas necessidades básicas desde o ensino médio: “Eu vendia brigadeiros, salgados, mousses todos os sábados e, às vezes, até mesmo na sala de aula”.

Além disso, a transição do ensino médio para cursar a graduação, por si só, é desafiadora por ser uma etapa de transição da adolescência para a vida adulta. No caso de Tupi, ocorreu na época da pandemia. É necessário, portanto, considerar os fatores sociais, ambientais e individuais nesse processo: “Eles vão querer te cobrar. A universidade é um pouco tóxica; a gente adocece. Estou contando a minha história, mas tem outras dentro da universidade que são silenciadas e que não são vistas como deveriam”.

Assim sendo, é crucial que os espaços universitários ofereçam apoio para promover a saúde mental dos estudantes, levando em conta os possíveis fatores prejudiciais ao seu bem-estar psicológico. Estes incluem questões como baixa autoestima,

resultante de experiências de bullying; conflitos familiares; violência e abuso; ansiedade; desigualdades sociais e de gênero; luto devido a separações afetivas; negligência; exclusão social; solidão; insegurança alimentar e de moradia; além de incertezas sobre o futuro profissional e entrada no mercado de trabalho, entre outros desafios.

É urgente que as universidades adotem uma abordagem interseccional ao compreender as histórias dos estudantes. “As instituições devem nos enxergar como pessoas que carregam lutas, traumas e experiências que afetam nossa vida acadêmica. De certa forma, a universidade também contribui para nossas dificuldades”, destacou ela.

Quantos silêncios guardam os rompimentos de corpos das mulheres. Por isso, para ela, foi catártico expressar a sua narrativa de vida. Nisso, Tupi reivindica espaços de acolhimento e segurança. Felizmente, o apoio possibilitado pela mediação de professores permitiu encontrar a ajuda psicossocial necessária na Rede de Atenção à Saúde: “Eu tive uma crise de pânico. Não conseguia manter uma linha cronológica dos fatos da minha vida”.

O adoecimento psíquico da interlocutora reflete um apagamento de histórias amazônidas. A visão cartesiana ainda presente nos espaços universitários desconsidera que o sofrimento impacta o desempenho de atividades. Somos corpos que sentem, têm memórias, por isso não deveriam simplesmente individualizar aspectos estruturais sociopolíticos, econômicos e territoriais. Tupi destaca: “As instituições devem olhar para nós como pessoas que trazem lutas, traumas e vivências que afetam as nossas atividades acadêmicas. De alguma maneira, a universidade também nos violenta”. Desse modo, fica a questão: Quais são os espaços para sermos vistas e expressarmos quem somos?

As amazônidas, resilientes diante das adversidades, lutam pela sobrevivência, mas, como qualquer pessoa, não desejam enfrentar uma batalha constante pelo acesso ao básico. Não devemos romantizar o sofrimento, embora seja a esperança nos sonhos coletivos que nos mantém orientadas para o futuro. Não queremos ser forçadas a ser guerreiras e lutar incessantemente, como foi apontado: “Não queria ter sido guerreira. Vivía preocupada porque minha família não tinha dinheiro”.

Ela se identifica com a práxis libertadora. “A educação é o caminho para tudo. Eu quero viver em um mundo melhor, proporcionar isso às próximas gerações. Eu venci com a educação.” Por isso, engaja-se nos coletivos acadêmicos, soma-se às outras e vai ocupando espaços fortalecidos também pelos vínculos com os professores e pelas amizades, seja por meio da pesquisa, seja mediante atividades de ensino e extensão. Novos caminhos percorridos pela Tupi favorecem a continuidade de cursar o ensino

superior. Nesse aspecto, as atividades de extensão são de suma importância, pois integram o tripé ensino-pesquisa-extensão da universidade, possibilitando a interação desta com a sociedade. Destaca: “Eu comecei a fazer o PIBEx, e tudo começou a melhorar porque sempre gostei de estudar. Comecei a produzir: conseguia relacionar os teóricos ligados à democracia e educação com a comunidade”.

Uma vez que a formação profissional se estende para além dos limites físicos das instituições de ensino, a interação com diversas realidades promove uma transformação ético-política na sociedade. No entanto, ainda é necessário um aumento expressivo nos investimentos políticos e econômicos para fortalecer e concretizar as propostas de integração entre a universidade e comunidade. Isso pode contribuir significativamente para promover a saúde integral da população por meio de práticas educativas contextualizadas nas diversas realidades enfrentadas no dia a dia (Regis Santana, Cristina Santana e Sebastião Costa, 2021).

Nesse contexto, os coletivos de jovens no ambiente universitário, especialmente aqueles envolvidos com as artes musicais, foram indispensáveis na jornada da interlocutora, assim como as mulheres professoras que serviram de inspiração e referência. Usando a escuta e a expressão musical, ela conseguiu avançar na busca por seus próprios sonhos, abandonando o sofrimento e encontrando novos laços de apoio. Ela se redescobriu em meio a outras mulheres, superando momentos difíceis.

A voz de Tupi ressoa em harmonia com as vozes de outras mulheres, expressando o desejo de compartilhar suas histórias mediante as experiências coletivas. Ela se dedica ao fortalecimento e apoio mútuo entre as mulheres, participando ativamente das rodas de movimento feminista, para as quais é convidada a cantar e dar voz às músicas compostas pelas professoras. Além disso, faz parte de uma rede de mulheres engajadas na educação rural e nos saberes populares tradicionais.

Ainda, a interlocutora ressaltou a importância da Assistência Estudantil por intermédio das Políticas de Permanência. Pontua que “permanecer na universidade é o que pega. As políticas socioassistenciais (auxílio acadêmico) que possibilitaram eu continuar até hoje e a RUNI (moradia universitária) foram fundamentais. Se demorasse mais tempo para sair o edital, talvez eu não conseguisse”. A moradia universitária significou um lugar afetivo e de paz para a interlocutora, também pela identificação com os estudantes de realidades similares à sua, que precisaram migrar para realizar o sonho de cursar o ensino superior:

De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em 2019, 70,2% dos estudantes matriculados nas universidades federais do país eram oriundos de famílias com renda mensal per capita de até 1,5 salário mínimo. Pela primeira vez na história, estudantes de cor ou raça preta, parda e indígena ultrapassaram a metade do total de estudantes, atingindo 52,1%; porém, o acesso por si só não é suficiente (FONAPRACE, 2019). É necessário também ampliar os estudos sobre as políticas de assistência estudantil no ensino superior e propor instrumentos para minimizar a evasão escolar, além de garantir o êxito no percurso acadêmico (Leonardo Secchi, 2013). Embora a interlocutora tenha tido moradia, ela precisou trabalhar para suprir necessidades básicas, confirmando o dado de que a dificuldade financeira é um dos maiores desafios para a permanência na graduação, especialmente durante a pandemia, quando o acesso às aulas foi inacessível para quem não tinha internet.

A práxis, ou seja, a integração entre teoria e prática, está sendo construída com propósito na trajetória da interlocutora. A produção de pesquisas está em ascensão, impulsionada por leituras, encontros e projetos institucionais, a fim de aprofundar as lutas pela educação na Amazônia. Além disso, ela está engajada em uma luta pela educação especial, motivada pelas experiências familiares com seu tio, que é uma figura marcante em sua vida e enfrentou dificuldades de acesso à educação devido à sua deficiência.

Assim, ela está criando possibilidades de existência, alimentando o sonho de cursar um mestrado. Por meio de suas leituras feministas, está em constante transformação, buscando formas de se emancipar das opressões. Ela reconhece que em algum momento não se sentia parte integrante desse espaço: “Não me sentia pertencente naquele ambiente”. A construção de sua identidade está em constante metamorfose, visando alcançar a emancipação das diversas formas de opressão (Antonio Ciampa, 1983).

Nesse sentido, Tupi, moldada pelas relações sócio-histórico-culturais, carrega consigo a subjetividade de sua maneira única de existir no mundo, repleta de resistências e resiliências. Ao mesmo tempo que relembra a trajetória constituída de marcos dolorosos — “eu olhava pra minha trajetória e via muita luta, muita dor o tempo todo, episódios traumáticos o tempo todo” —, lança olhares novos para sua história, integra o passado de sofrimento e não desconsidera suas raízes: se vê potente, suficiente e forte para continuar a caminhada. “Nessas coisas que as minhas raízes fincaram, a partir delas eu vi que posso, tenho força suficiente para seguir.” Sim, Tupi, você conseguiu e continuará escrevendo

nova história de vida, apesar da estrutura sócio-política-econômica e cultural, tecendo potentemente o teu caminhar e “esperançando” sonhos coletivos.

A afetividade nos lugares escolhidos como importantes para a sua trajetória de escolarização revela o verde da floresta, conforme narrativa: “A verdade é que gosto de morar aqui perto do campus por conta da natureza; amo o ar puro. Temos possibilidades de fazer as coisas debaixo das árvores”. Assim, ela destaca como a presença de ambientes restauradores, relacionados à conexão com a natureza, podem colaborar no bem-estar. Esses ambientes são fundamentais para a promoção da saúde integral no espaço universitário, por serem lugares capazes de restabelecer a atenção desgastada pela fadiga decorrente da concentração em específicas e repetitivas atividades cotidianas (Adria Sousa *et al*, 2015).

No tecer de esperanças, é válido ressaltar que, diante dos desafios de viver e morar em ambientes mediados pela florestalidade da Amazônia, também há beleza e nuances que apontam para enfrentamentos, superações e pertencimento. A afetividade e estima em relação a um lugar proporcionam possibilidade de engajamento e participação ativa e cidadã nos espaços a fim de transformá-los conforme necessidades coletivas (Zulmira Bomfim, 2012; Milton Santos, 2021). Na história de vida de uma mulher amazônica, a afetividade sobressai-se durante o transitar no deslocamento entre as entrevistas móveis e é apontada nos lugares escolhidos como importante para a sua trajetória de escolarização. Portanto, manter a preservação da natureza é cuidar das pessoas que vivem em contato com ela, favorecendo os processos educativos com a florestalidade para promover a saúde integral dos estudantes. A exemplo da interlocutora, eles podem encontrar experiência de conforto na proximidade com a natureza do campus universitário.

### **Fim só se for do sofrimento ético-político: por uma continuidade dos sonhos coletivos**

Ao mergulhar na narrativa de uma jovem estudante amazônica, este estudo revelou um mosaico de desafios históricos, sociais e econômicos que moldam a realidade das mulheres dessa região. Pelas lentes das interseccionalidades, pudemos desvendar como a opressão e a subordinação, enraizadas em diversas camadas (étnico-raciais, de gênero, classe, território), permeiam suas trajetórias, impactando sua saúde mental e o acesso à educação superior. A história de vida da jovem entrelaça ciclos de violência geracionais, abandono paterno, trabalho infantil, abuso sexual, dificuldades econômicas,

enfraquecimento de laços familiares e insegurança alimentar e habitacional. Tais obstáculos, somados às demandas da transição para o ensino superior em tempos de pandemia, configuram um panorama complexo e desafiador.

Diante desse cenário, as políticas socioassistenciais de permanência estudantil bem como projetos de extensão e intercâmbio emergem como ferramentas essenciais para promover a permanência na universidade e fortalecer o sentido da jornada acadêmica. A práxis crítico-reflexiva, construída para além da sala de aula, e os vínculos com as professoras e colegas assumem igualmente um papel fundamental na promoção da saúde mental e no acolhimento.

A resistência coletiva manifesta-se na participação da jovem em grupos de coletivos e no centro acadêmico, onde luta por si, pelas suas companheiras e por todas as pessoas. Essa força inspiradora reforça a necessidade de projetos que promovam a saúde integral no ambiente universitário, priorizando políticas de saúde mental e prevenção de violências.

Este estudo contribui significativamente para trazer à tona questões sub-representadas relacionadas ao sofrimento ético-político das mulheres amazônicas. Enfatiza a necessidade de estratégias de promoção da saúde que considerem as particularidades de suas experiências, corpos vívidos e conectados com a florestabilidade amazônica, reconhecendo-a como promotora de bem-estar.

As experiências da jovem evidenciam os desafios específicos enfrentados pelas estudantes universitárias amazônicas em decorrência da intersecção de raça, classe, gênero e contexto territorial. Sendo assim, urge a implementação de políticas públicas mais eficazes que as apoiem em sua jornada educacional, levando em consideração as diversas demandas e problemáticas complexas e concretas de suas realidades.

São corpos que resistem e lutam contra os sistemas de dominação e subordinação. Por isso, torna-se imperativo a criação de programas e projetos no ambiente universitário que viabilizem formas mais saudáveis e amorosas, alinhadas à filosofia hookiana, para a caminhada existencial dessas mulheres. Nesse sentido, esperamos que a contribuição do feminismo negro e das perspectivas indígenas inspire a realização de sonhos coletivos, fortalecendo as Tupis do Brasil e abrindo caminho para um futuro mais justo e equitativo.

## Referências

- ABREU, T. I. **Trabalhadores Escravos na Província do Amazonas**. In: XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História, 1., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo. 2011.
- AGUIAR, W. M. J. DE .; ARANHA, E. M. G.; SOARES, J. R.. **NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO: ANÁLISE DIALÉTICA DAS SIGNIFICAÇÕES PRODUZIDAS EM GRUPO**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 51, p. e07305, 2021.
- ALVES, M.K.R., ALBUQUERQUE, D.S., RESENDE, G.C. **As jornadas femininas e a universidade: narrativas de conciliação e projetos de futuro**. In: Org. BARBATO, S., FRANÇA, C.C., RESENDE, G.C., ALVES, C.B., GONZÁLEZ, M.F., SILVA, I.R. *Narrativas de Mulheres na educação e na vida*. Manaus, Am: Edua, 2023 Alexa Cultural Embu Das Artes-Sp. 2023.
- ANDRADE, A. O. Migração para Manaus e seus reflexos socioambientais. **Somanlu**. n.2, jul/dez. 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/viewFile/443/274>
- ANDRADE, A. O., MARTINS, A. C. L.; MEDEIROS, M.X. **Violência estrutural de gênero no Amazonas: análise a partir das experiências da comunidade acadêmica**. In: BARROSO, M. F. (org). *Violência contra as mulheres nas universidades*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2021, p. 103-119.
- ARAÚJO, W. R. M. **Das margens dos rios à margem da sociedade: trajetórias de mulheres sateré-mawé no trabalho doméstico em Manaus (AM)**.- Manaus, AM : UFAM, 142 f. 2010.
- BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- BARBATO, Silviane; ALVES, Priscila Pires; DE OLIVEIRA, Valéria Marques. *Narrativas e dialogia em estudos qualitativos sobre a produção de si*. *Revista Valore*, v. 5, p. 22-36, 2020.
- BARBOSA, K. **MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA AMAZÔNIA: O CASO DAS RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AMANÃ E MAMIRAUÁ NO MÉDIO SOLIMÕES**. In: Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - **XVI SIMPURB**. 2019.
- BOMFIM, Zulmira. **Cidade e Afetividade**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- BRASIL. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nac\\_atencao\\_mulher.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf) Acesso em: 26 mai. 2024.
- BUTLER, Judith. 2019. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Trad. Lieber, Andreas. Belo Horizonte: Autêntica. 189 pp. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 271-289.

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliens, 1983.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados — Enfam, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2024.

COLLINS, P.H. **Intersectionality as critical social theory**. Durham: Duke University Press. 376 p. 2019. Disponível em: <https://www.dukeupress.edu/intersectionality-as-critical-social-theory>

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. *Estudos Feministas*, v. 1, p. 177-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. / Virgínia Fontes. - 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FORUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**. Brasília: 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 42ª ed. 2005.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flávia Rios, Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, B. **Love as the practice of freedom**. In: *Outlaw Culture. Resisting Representations*. Nova Iorque: Routledge, p. 243-250. Tradução para uso didático por Wanderson Flor do Nascimento. 2006.

HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 283p. 2017.

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, B. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South End Press, 1984. *Sisterhood: political solidarity between women*. **Feminist Review**, v. 23, n.1, p. 125-138, 1986.

Instituto Avon. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. 2015.

MACEDO, Liliâne de Fátima Dias. GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 600–609, 2023.

MARANGONI, Vívian Silva Lima; DINIZ, Glaucia Ribeiro Starling; NEVES, André Luiz Machado das; PONTES, Munique Therense Costa de Moraes; MARTINS, Gizelly de Carvalho. PANORAMA DAS CONDIÇÕES FEMININAS NO AMAZONAS: DO PERÍODO COLONIAL AO SÉCULO XX. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 21–32, 2017.

MEDEIROS, Lidiane Tavares et al. MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO AMAZONAS: ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO. **Rev. baiana enferm.**, Salvador, v. 32, e26623, 2018.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, R.A. **Saúde Mental de estudantes universitários: fatores associados aos transtornos mentais comuns durante a vivência acadêmica**. Salvador, 241 p. 2022.

PEREIRA, A. DOS S.; SILVA, I. R. DA. História de Vida e Feminismos na Amazônia: um estudo de caso. **Educar em Revista**, v. 39, p. e87346, 2023.

PESSOA, A. B. **Infância e Trabalho: Dimensões do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1920)** / Alba Barbosa Pessoa. Manaus: [s.n.], 180p., 2010.

RESENDE, G.C., FERREIRA, I., SILVA, I. BARBATO, S. DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA E OS SIGNIFICADOS DE TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS. **Revista Psicologia, Educação e Cultura**, vol. 23, n. 6, 2022.

RIBEIRO, C.A.L., FREIRE, C.H.E. Mortalidade materna: perfil clínico e epidemiológico de uma maternidade pública do Amazonas. **Rev Femina**. vol 50, n.4, 2022.

SANTANA, R. G.; LOPES, R. F. F.. Aspectos conceituais do perdão no campo da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 3, p. 618–631, 2012.

SANTANA, R. R. et al.. Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. **Educação & Realidade**, v. 46, n. 2, p. e98702, 2021.

SAWAIA, B. B. (org.) **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis. RJ: Vozes. 1999.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUSA, A. de L.; MEDEIROS, J. de S.; ALBUQUERQUE, D. da S.; HIGUCHI, M. I. G. Parque Verde Urbano como Espaço de Desenvolvimento Psicossocial e Sensibilização Socioambiental. **Psico**, [S. l.], v. 46, n. 3, p. 301–310, 2015. DOI: 10.15448/1980-8623.2015.3.17423.

SOUSA, Adria de Lima; ZENI, Luis Augusto; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Territorialidades e Contexto Urbano nos Estudos sobre a Relação Pessoa-Ambiente: Revisão Integrativa de Literatura. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 494-512, ago. 2021.

SOUSA, F.R. **Povos Indígenas e saúde mental: a luta pelo bem habitar sereno e confiado**. 2018. 159 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, S. A. DA .. Migração internacional recente no amazonas: o caso dos Hispano-americanos. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 1, p. 155–177, jan. 2011.

VIEIRA, V. M. S. DE A.; TORRENTÉ, M. DE O. N. DE. Saúde mental e interseccionalidade entre estudantes em uma universidade pública brasileira. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210674, 2022.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

Revista  
**Diversidade**  
e Educação

Recebido em maio de 2024.  
Aprovado em agosto de 2024.